

**A HERANÇA DE MARTE:
ALGUMAS NOVAS ABORDAGENS
METODOLÓGICAS ACERCA
DA ARQUEOLOGIA DA GUERRA
EM PERNAMBUCO-BRASIL***



IZABELA PEREIRA DE LIMA**, LUCAS ALVES DA ROCHA***, HENRY SÓCRATES
LAVALLE SULLASI****, CAROLINA PEREIRA DA SILVA****, CLARA DIANA FIGUEIRÔA
SANTOS*****

Resumo: *a cada ano cresce o número de pesquisadores interessados pela guerra no contexto arqueológico. No que se refere ao Brasil, os estudos partem de estudos ligados desde a pinturas rupestres até naufrágios, localizados em pontos estratégicos da segunda guerra mundial no litoral brasileiro. A proposta deste artigo é trazer com base nas pesquisas realizadas, em especial em Pernambuco, um panorama acerca do desenvolvimento dos estudos da Arqueologia da Guerra no Nordeste do Brasil, com enfoque em sítios arqueológicos dos séculos XVI ao XVIII. Serão também apontadas algumas das novas abordagens e reflexões acerca do tema, mostrando novos horizontes de pesquisa aos interessados nessa área de estudo.*

Palavras-chave: *Arqueologia da Guerra. Arqueologia Histórica. Arqueologia do Conflito. Séculos XVI ao XVIII. Nordeste do Brasil.*

* Recebido em 31.07.2021. Aprovado em 22.11.2021.

** Doutoranda em arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). *E-mail:* izabelapereiradelima@hotmail.com

** Mestrando em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). *E-mail:* lucas-alves170@hotmail.com .

*** Docente do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. *E-mail:* henry.lavalle@ufpe.br.

**** Mestranda em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). *E-mail:* karol-rosa@hotmail.com

***** Doutoranda em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). *E-mail:* clara.ufpe@gmail.com

*Vive la guerre éternelle*¹...até a Nova Jerusalém, é claro.
(Fiódor Dostoiévski, 2019)

Os campos de batalhas modernos são mais extensos do que os campos de batalhas antigos, o que obriga ao estudo de um maior campo de batalha. É preciso muito mais experiência e gênio militar para comandar um exército moderno do que era preciso para comandar um exército antigo.
(Napoleão Bonaparte [BERTAUT 2011])

Marcos Aurélio, imperador romano que entrou para história como “imperador-filósofo”, principalmente graças ao seu livro “Meditações”, faz uma reflexão acerca da vida humana e sua existência, considerando-a como em constante “guerra” (AURELIO, 2003, p. 25), uma série eterna de lutas e conflitos incitados pelos mais diferentes motivos. Séculos depois, outro imperador, Napoleão Bonaparte, descreve em um dos seus diversos escritos que “a guerra é um estado natural” (BERTAUT, 2011, p. 119) para os homens e autores apontam até sua presença na construção das religiões (ARMSTRONG, 2016).

Observando esses dois personagens históricos, percebemos que para eles esse fenômeno social fazia parte da natureza humana, impossível de ser desassociado dos diversos momentos da história. Apesar de alguns pesquisadores no século passado terem levantado a hipótese da existência de “sociedades pacíficas”, diversos estudos, entre eles os de antropologia, apontam que essa ideia possivelmente se baseava no “mito do bom selvagem” de Rousseau (1991), relativo a personificação de uma humanidade que desconhecia a guerra e a violência. No entanto, consideram-se que isso não teria existido, exceto para os pensadores menos realistas e otimistas.

Os diversos estudos arqueológicos em diversas partes do mundo apontam a existência de confrontos, desde pequenos a grandes conflitos, presentes entre diferentes grupos humanos. Seus vestígios podem ser encontrados em camadas estratigráficas de sítios arqueológicos, ou até mesmo, em pinturas presentes nos suportes rochosos de cavernas ou abrigos sob rocha. Tais vestígios apontam uma presença inquestionável de conflitos entre os grupos humanos, no entanto, seus significados são diversos, como apontam White e Dillinghan (2009).

Diversos autores, principalmente os historiadores militares, se dedicaram a traçar uma linha histórica da guerra, desde a pré-história até os períodos mais recentes ligadas a ciber guerra². Algumas diretrizes começaram a ser revistas tanto por historiadores, como por arqueólogos. Estes últimos vêm se dedicando cada vez mais ao estudo das guerras presentes nas sociedades pretéritas, por meio de vestígios arqueológicos e pelas modificações das paisagens ocasionadas por tais conflitos.

Neste trabalho, não iremos abordar o “estilo de guerra ocidental”, como Keegan (2006) apontou em sua obra. Mas, será adotada a visão de Morris (2018), que considera a existência de guerra de grandes impérios, nos quais as cidades “grandes, seguras e prósperas” não se limitavam ao ocidente, mas a todo o globo, sendo em muitas vezes, bases para o surgimento dos grandes reinos (MORRIS, 2018, p. 79).

Tais impérios, para Morris (2018), refletem o que o filósofo Thomas Hobbes abordou em seu livro, “O Leviatã”. As potências se tornaram Leviatãs, pois para manter a autoridade de um governo considerado portador da “paz”, optaram pelo caminho violento, o governo “por aquisição”, ou seja, o poder absoluto adquirido por imposição,

sendo esse mecanismo considerado mais promissor para tal objetivo: a guerra para expansão e domínio sobre outras nações.

Hobbes (2009), viu no homem, “o lobo do próprio homem”, assim como considerava que o estado bélico era natural desde o primórdio da humanidade até o surgimento de governantes que através de ações em diferentes níveis, fomentou a organização social. Porém, mesmo depois desta modificação dentro do grupo, a natureza bélica não foi extinguida, passou de certa forma a ficar parcialmente “contida”, no entanto, com o passar do tempo, viu-se a necessidade de usar essa natureza, na preservação daquele governo e sociedade. Segundo a visão do pensador, A guerra se tornou uma ferramenta para o bem daquela sociedade, que não seria benéfica para com outros estados, o que serviria de base para a maioria das nações que aderiram ao governo “por aquisição”.

A marca principal desses Leviatãs ao que parece: “(...) haver uma regra geral segundo a qual, quanto mais forte o Leviatã [isso é, império ou governo], mais evidências ele deixa para os historiadores e arqueólogos, pois os grandes governos precisam construir uma infinidade de patrimônios e, além disso, registrá-los por escrito” (MORRIS, 2018, p. 81). Com base nisso, nos propomos a estudar as marcas deixadas por esses Leviatãs, as heranças do deus Marte (Ares, na mitologia Grega), que representava a face violenta da guerra no mundo greco-romano e, na paisagem do Nordeste do Brasil, esses vestígios presentes na superfície ou nas camadas mais profundas de sítios arqueológicos, trazem as mais diversas informações acerca dos embates e do viver entre grupos humanos em diferentes temporalidades.

ARQUEOLOGIA DA GUERRA: UMA BREVE INTRODUÇÃO

A Arqueologia da guerra surgiu na década de 1980 na América do Norte, mais precisamente como “Arqueologia do Campo de Batalha” (Archeology of Battlefield), Delgado (2005). Essa área de estudo se dedica ao estudo dos impactos causados por confrontos em uma paisagem cultural, identificados através de vestígios materiais evidenciados em sítios arqueológicos.

A Arqueologia da Guerra pertence a um ramo da Arqueologia do Conflito. Apesar de muitas vezes serem consideradas sinônimas, alguns autores apontam diferenças entre elas e entre outras “ramificações”, como Arqueologia das Fortificações, Arqueologia Bélica. Segundo Rocha e Lima (2020), todas essas arqueologias estão voltadas ao estudo dos conflitos e têm um tripé em comum: o homem, o conflito e os vestígios remanescentes, segundo tais autores:

O “homem”, representa as ideias vigentes naquele determinado momento histórico, pois apesar de alguns pesquisadores acreditarem que o conceito de “guerra” é invariável, White e Dillingham (2004) apontam que para cada sociedade o conceito de “guerra” vai variar (...) O “conflito”, vai além de simplesmente o momento do embate, mas sim as táticas possivelmente utilizadas, as estruturas defensivas, as estratégias entre outros fatores que não culminar no conflito em si, e que muitas vezes só teremos uma breve ideia ao analisar a documentação de época e os vestígios arqueológicos. Já os “vestígios remanescentes [vestígios]”, que são o que realmente o arqueólogo irá se debruçar para compreender mais a fundo o que aconteceu naquele determinado local, atendo-se no que aponta Rocha (2021 no prelo), o arqueólogo vai sempre trabalhar com a “reminiscência do fenômeno”, isso

é, com uma fração ínfima da totalidade daquele evento que ali ocorreu e que não pode levar para si como uma “verdade absoluta” para que seja feitas generalizações (ROCHA; LIMA, 2020).

A situação mencionada ao final da citação, acerca de uma “verdade absoluta”, ocorre em algumas pesquisas que tratam, por exemplo, de fortificações presentes nas paisagens atuais como se fossem as mesmas construídas séculos atrás, quando na realidade não consideram as modificações ocorridas na estrutura ao longo do tempo³.

Da mesma forma que historiadores que trabalham com o tema da História da Morte ressaltam que sem a arqueologia (LAUWERS, 2015) seria impossível ter maiores dados sobre a morte e o morrer em diversos períodos. Historiadores militares ressaltam os vestígios materiais, principalmente as estruturas feitas para fins defensivos, como importantes fontes para o estudo da guerra, além das armas, armaduras e outros instrumentos bélicos.

Um dos primeiros estudos sistemáticos acerca de um campo de batalha ocorreu em *Little Bighorn*, no atual estado de Montana, nos Estados Unidos, em 1983. A pesquisa foi coordenada pelo arqueólogo Douglas D. Scott, que se debruçou sobre esse sítio e apresentou em seus trabalhos, dados advindos de uma metodologia arqueológica que possibilitou evidenciar e compreender os vestígios ali encontrados (SCOTT, 2009).

Apesar da ocorrência de diversas pesquisas posteriores ligadas ao contexto histórico, o estudo da Arqueologia da Guerra não se limita a essa temporalidade, pois como aponta Gosdens (2019) o período final da “pré-história” acabou em diferentes momentos no globo, assim, diversos sítios arqueológicos desse período e ligados a conflitos e guerras vêm sendo localizados e estudados.

Os estudos dessa temática na Europa foram se desenvolvendo a passos largos, devido principalmente aos séculos de conflitos e guerras, presentes nos solos, nos rios e nos mares que cercam o continente europeu, os quais foram usados como palcos para esses embates. Os mais diversos vestígios foram deixados e perduraram por muito tempo, sobrepostos por camadas e mais camadas de sedimentos, presentes nos diferentes tipos de ambientes citados (FOARD; MORRIS, 2012). No nível sul-americano, diversos países estão se destacando no estudo da Arqueologia da Guerra, evidências desta atuação estão nas diversas publicações acerca do tema, que trazem os principais nomes de especialistas que se dedicam a essa área de pesquisa (LANDA; LARA, 2014; 2020). Entretanto, devemos mencionar que algumas das publicações no nível sul-americano, não apresentam produções acadêmicas acerca da Arqueologia da Guerra no Brasil em si, fazendo o leitor externo se questionar sobre a existência de estudos no país.

Por essa razão, entendemos a necessidade de ressaltar a existência de pesquisas em “sítios arqueológicos militares”, como também são categorizados aqueles ligados a confrontos (GEIER, *et al.*, 2010; DELGADO, 2005), em território brasileiro desde a década de 1960. Sobre essa questão, podemos citar alguns exemplos como pesquisas realizadas pelos arqueólogos Marcos Albuquerque e Velda Lucena nas décadas de 1960 e 1970, em dois sítios arqueológicos ligados a guerra holandesa: A Igreja de Nossa Senhora das Graças em Olinda e o Forte Real do Bom Jesus em Recife (ALBUQUERQUE; LUCENA, 1975; ALBUQUERQUE; LUCENA, 1988; ALBUQUERQUE, 2006) (Figura 1).

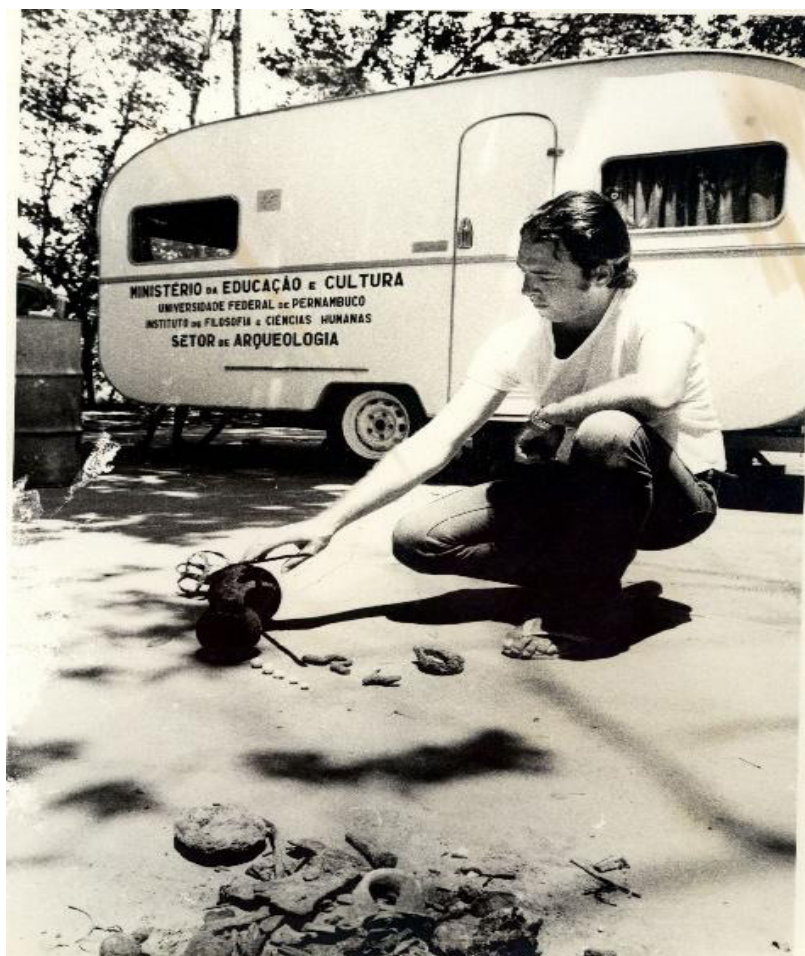


Figura 1: Arqueólogo Marcos Albuquerque, possivelmente em sua campanha inicial no Forte Real do Bom Jesus, entre as décadas de 60 e 70 do século passado, no qual analisa artefatos retirados da escavação. Fonte: Repositório UFPE.

Pode-se mencionar também os estudos realizados pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello e pelo arqueólogo Ulysses Pernambuco de Mello Neto. Pesquisaram não somente sobre fortificações, como também trouxeram reflexões sobre a utilização de armas e técnicas de combates, consideradas “desleais”, evidenciadas no contexto arqueológico da guerra holandesa (MELLO, 1994; MELLO NETO, 1979) assim como sobre a presença de utensílios alimentares em assentamentos militares, e acerca dos primeiros estudos de naufrágios na década de 70 do século passado. Tais pesquisas instigaram o surgimento e intensificação de mais pesquisas na área (Figura 2).



Figura 2: Projeteis de chumbo encadeados, encontrados no Forte Orange (Itamaracá). Segundo Mello (1994), tais apetrechos eram proibidos nas regras de conduta na guerra, porém o contexto arqueológico aponta que eram bastante usadas.
Fonte: Galindo e Menezes (2003).

Apesar disso, os estudos sobre a arqueologia do campo de batalhas no Brasil são muito pouco explorados, não por falta de sítios arqueológicos, mas ao que parece, de pesquisadores interessados no tema. Nas décadas finais do século XX e as duas primeiras do século XXI, algumas publicações foram realizadas sobre esse tema no Brasil, em especial, com a participação do arqueólogo Pedro Paulo Funari (FUNARI, LINO, 2013). No entanto, elas limitam-se a estudos de Arqueologia da Guerra e da Repressão em momentos muito distintos, como na pré-história através do registro rupestre do nordeste do Brasil (OLIVEIRA *et al.*, 2017) e outros dois acerca da Arqueologia da Repressão (FUNARI *et al.*, 2008) e escritos metodológicos acerca do tema da arqueologia do conflito.

Atualmente, centros universitários, como a Universidade Federal de Pernambuco, vêm se destacando nos estudos sobre a guerra, através de vestígios arqueológicos presentes em fortificações e campos de batalhas, assim como sobre a arqueologia forense, como será demonstrado mais adiante no presente artigo.

ANTES DA PRÁTICA, O PLANEJAMENTO: OS MANUAIS COMO FONTE PARA ARQUEOLOGIA

“A guerra antes de tudo é a arte de planejar para enfrentar o inimigo”, essa é a base dos teóricos voltados às estratégias militares, de Sun Tzu a Mushashi até os mais recentes, ligados a Ciberguerra. Pensando nisso, diversos autores, como os citados anteriormente, deixaram importantes obras acerca de sua visão da guerra e acerca da forma de planejar e enfrentar os inimigos (SILVA; SOUZA LEÃO, 2018). Muitas delas são denominadas de “manuais”, mas na verdade tratam-se de obras importantíssimas para

os estudiosos da guerra, em especial àqueles que irão se dedicar às formas de guerrilhar utilizadas pelas nações europeias, nos séculos XV ao XIX. Para este período, registra-se a expansão destas produções, sejam na forma impressa ou manuscrita. Louth (2016) em seu livro, descreve o uso de alguns manuais na aplicação do estudo arqueológico dos campos de batalhas na Grã-Bretanha, em especial enfatiza os manuais do século XVII. O autor não apenas compara o que os manuais prescreviam acerca da guerra com os vestígios arqueológicos encontrados, mas também busca compreender o que o registro arqueológico revelava e o que poderia ser entendido a partir dos referidos manuais. Nelles é também possível evidenciar o posicionamento de mosqueteiros, assim como dos canhões e das cavalarias, assim como tratava das estruturas defensivas menores, como os redutos e as baterias.

Ao analisar as publicações acerca da guerra, em especial entre os séculos XVI ao XVII, pode-se perceber que os manuais “militares” se subdividem em uma gama muito maior do que a mencionada pelo autor do trabalho, assim como pelos historiadores militares. A partir dessa observação, alguns autores que estudam a influência dos manuais militares na arquitetura militar no Nordeste do Brasil, subdividem os referidos manuais em Tratados, subdivididos em três categorias (ROCHA; LIMA, 2020):

1) Tratados múltiplos: nesta categoria foi notado que os Tratados não se limitavam a um único tema, mas sim, uma gama de informações acerca da guerra, que iam desde a organização de tropas, tipos de acampamentos, estratégias, tipos de fortificações, sítios e, assim por diante. Nesta categoria podemos mencionar Vitruvius (2007) em seu “Tratado de Arquitetura” e de Leon Battista Alberti (2012) no seu “Da arte de construir”, ambos mesclando arquitetura civil e militar; os tratados de Francesco di Giorgio Martini, que se dedicam a arquitetura militar e à engenharia. Esses Tratados, entre os séculos XVI e XVII, tiveram forte influência na arquitetura militar luso-brasileira;

2) Tratados específicos: tratam-se de obras que se dedicam a um único tema, sem se aprofundar em outros, a não ser para exemplificar algo. Podemos citar o *Tratado de Expugnacion* de Luís Coscón, publicado em 1621, acerca do tema de sitiar e tomar fortificações de médio e grande porte; O *Pesca de perlas y busca de galeones*, manuscrito elaborado em 1623, por Pedro de Ledesma, onde descreve métodos de resgates de artefatos de naufrágios, como canhões; O *Klare Onderrictinge der Voortreffelijcke Worstel Konst (...)* de Nicolaus Petter, de 1674, que se dedica a ilustrar técnicas do que hoje consideraríamos “defesa pessoal”, servido como um guia para lutas corpo a corpo da soldadesca e até mesmo o *Platica Manual y Breve Compendio de Artilleria*, de 1626, de Julio César Firrufino, onde o autor defende um novo modelo de artilharia para o império ibérico, nomeado por alguns autores como “nova fundição” de artilharia;

3) Tratados especiais: são tratados ou manuais com a temática não convencional aos estudiosos ortodoxos. Um exemplo claro disso é o Tratado publicado em duas partes, pelo mago Robert Fludd intitulado: *Utriusque Cosmi ... metaphysica, physica atque technica Historia (...)*, o volume 1 publicado em 1618, o segundo em 1624. No volume 1, utilizado na pesquisa, percebeu-se

que a última parte do livro é dedicada à guerra, servindo como um pequeno tratado de arquitetura militar, formação dos exércitos inimigos, tipos de artilharias e mais informações coletadas com o passar dos anos no qual o autor serviu de informante.

Ainda podemos citar os tratados e manuais de arquitetura civil e eclesiástica, porém esta categoria ainda está em fase de estudo mais profundo acerca da sua importância na questão militar. Sabemos, por exemplo, sobre a questão de elaboração de obras eclesiásticas como a do cemitério de escravos na Bahia e no Rio de Janeiro entre os anos de 1680 e 1728, sob a supervisão de engenheiros militares (ROCHA; LIMA, 2019). Foram observados nesses estudos uma preferência em utilizar manuais de arquitetura militar, porém sem considerar os demais temas dos manuais militares. Isso fez com que os pesquisadores tivessem uma perspectiva unidirecional acerca do objeto de estudo, além de um determinismo acerca de documentos relacionados à construção de estruturas fortificadas.

Rocha e Lima (2020) apontam a necessidade de haver um trabalho de pesquisa bibliográfica ampla e sistemática para se compreender melhor os sítios militares. Também reforçam que os dados fornecidos pelos tratados e manuais, são importantes não somente para desenvolvimento dos trabalhos em campo como também para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos. Complementam ainda que, o desconhecimento do levantamento bibliográfico completo provoca em alguns trabalhos a sensação de anacronismo, no qual, manuais sem contexto com o período de estudo são empregados como únicos exemplos.

AS MURALHAS E SEUS SEGREDOS: O ESTUDO DAS FORTIFICAÇÕES A PARTIR DE NOVOS OLHARES

O estudo sistemático das fortificações vem cada vez mais aumentando na região Nordeste do Brasil. O que era exclusivo de pouquíssimos pesquisadores, vem ganhando espaço a partir da nova geração de especialistas, quando novas metodologias têm sido aplicadas para entender o que as velhas e grossas muralhas escondem sob os séculos de existência.

Nesta perspectiva, podemos citar as pesquisas realizadas pela arqueóloga Clara Diana, em especial ao seu estudo acerca dos tijolos e da argamassa encontrados na porta principal do Forte Orange (SANTOS, 2017), construído em 1631 pelo exército da Companhia das Índias Ocidentais, na capitania de Pernambuco e adjacências. Depois da expulsão dos invasores da referida capitania, a fortificação construída com técnica mista composta pela taipa de pilão e alvenaria de tijolos foi sobreposta por uma fortificação luso-brasileira, construída em alvenaria de pedra. Isso ocorreu após a expulsão dos neerlandeses do Nordeste do Brasil e foi batizada de Forte de Santa Cruz de Itamaracá. Não obstante, o nome antigo, da fortificação holandesa, ficou registrada na memória popular e por alguns pesquisadores, levando o que Rocha e Lima (2021), nomearam de “glorificação do monumento” e “monumento herdeiro”.

No trabalho de Santos (2017), amostras de tijolos e argamassas, para estudos arqueométricos, foram retiradas da porta principal do Forte Orange, Recife, PE, localizada nas escavações realizadas pelo arqueólogo Marcos Albuquerque e sua equipe. A partir das análises arqueométricas foram identificados dois tipos de tijolos: os “tijolos frísios”,

de coloração amarelo-esbranquiçada, queimados em alta temperatura para adquirir a qualidade refratária e os “os tijolos de Leiden”, queimados em temperaturas mais baixas. Estes possuem a coloração avermelhada e são bastante porosos.

Ainda no que diz respeito aos materiais construtivos da fortificação “Forte Orange, Recife, PE”, através das técnicas de Difração de raios-X (DRX) e Fluorescência de Raios-X (FRX) foi possível inferir a composição química dos tijolos e das argamassas, e usando a Ressonância Paramagnética Eletrônica (RPE), determinou-se a temperatura de queima deles. Também, foi proposta uma nova metodologia de datação para as argamassas, por meio da técnica de Luminescência Ópticamente Estimulada (LOE) através do protocolo SAR (Single-Aliquot Regenerative-Dose). Esta nova metodologia parte do princípio que o grãos de quartzo contidos na argamassa durante sua confecção, ficam expostos à luz solar, é a partir desse momento que este material construtivo começa a acumular a radiação, que será proporcional à idade da amostra, semelhante a datações de sedimentos pela técnica LOE (SANTOS, 2017; SANTOS *et al.*, 2020).

No litoral Sul de Pernambuco, pesquisas foram realizadas na região do Cabo de Santo Agostinho, em especial dentro do perímetro do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti. Criado na década de 70 do século passado, esse parque compreende uma área de aproximadamente 270 hectares, os quais estão sob a responsabilidade do complexo portuário de Suape⁴. Os trabalhos iniciais acerca das fortificações e seus impactos na guerra holandesa nas capitânicas do Nordeste foi realizado por Mello Neto (1979), porém não houve registro de outros estudos até o ano de 2014, quando Rocha e Lima (2015) se dedicaram a resgatar a pesquisa de Mello Neto e, a partir dela, desenvolver outras incursões.

Os trabalhos de Rocha e Lima (2015) resultaram no resgate de peças encontradas pela comunidade local que indicavam a presença de uma fortificação, até então considerada destruída. No entanto, a partir de prospecções sistêmicas em superfície foi possível notar no local onde se situa a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, vestígios preservados da estrutura fortificada do Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré. Em 2016, na continuidade da referida pesquisa, foi finalizada a primeira etapa de reconhecimento em superfície de algumas partes da estrutura mencionada. A pesquisa contou, inclusive, com a visita dos arqueólogos Marcos Albuquerque e Veleza Lucena, especialistas que detêm vasta experiência em estudos de fortificações na região Nordeste do Brasil, assim como em outras partes do país e, até mesmo, fora dele.

No ano de 2017, alguns pontos marcaram as pesquisas acerca das fortificações na região Nordeste, decorrentes dos resultados da monografia de Rocha (2017): a partir de metodologia utilizada entre 2014 a 2016, que empregou o reconhecimento em superfície dos remanescentes estruturais do Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, assim como abordou o tema acerca da paisagem da guerra e realizou uma revisão historiográfica, foi possível demonstrar que a estrutura defensiva, antes considerada ineficaz, frágil e mal elaborada era, na realidade, o coração daquele sistema defensivo, que seguia fortemente a arte da guerra italiana e sua estrutura foi escavada no relevo argiloso da formação barreiras, existente na localidade (Figura 3).

Neste mesmo ano, uma empresa de arqueologia foi contratada para realizar o levantamento da área da Vila de Nazaré, com o intuito de avaliar o impacto da instalação de tubulações para esgoto e pavimentação da estrada de terra batida. Na ocasião, os trabalhos evidenciaram uma “suposta fortificação de terra”.

Em reportagem do jornal “Folha de Pernambuco”, a identificação da referida fortificação foi atribuída à equipe da empresa contratada. Todavia, importante ressaltar que essa informação não corresponde à realidade, já que no ano de 2016⁵, funcionários do IPHAN já tinham ciência das estruturas do Forte, a partir de pesquisas realizadas anteriormente (ROCHA; LIMA, 2015), bem como partes “evidenciadas” pela referida equipe já haviam sido apresentadas em congressos e em monografia de Rocha (2017). Essa afirmação equivocada foi transmitida novamente em 2020, em um relatório, onde os responsáveis afirmam:

Em pesquisas mais recentes, em Vila Nazaré, situada no Cabo de Santo Agostinho, a arqueóloga Vera Menelau e equipe, localizaram e registraram, o Sítio Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, Trata-se de um forte de terra, historicamente conhecido, cujo perímetro foi possível delinear em sua maior parte⁶ (MENELAU, 2020, p. 42).

Rocha (2017) aponta a presença de outras fortificações de terras naquele perímetro, o que veio a se confirmar na localização próxima ao quartel do Forte Castelo do Mar, construção do final dos seiscentos. A pesquisa identificou uma bateria bastante deteriorada conectada a um reduto por meio de um caminho entre o fosso que separa as duas estruturas, assim como foi evidenciado o que poderia ser considerada uma fração da parede, construída a partir da peculiar técnica de taipa (Figura 4).



Figura 3: Sobreposição hipotética do perímetro do Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré dentro da paisagem atual da Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. Para essa sobreposição, usou-se como base os vestígios estruturais em superfície.

Fonte: Os autores.



Figura 4: Detalhe do mapa “Cabo de St Augustino Geteyckent by Leeg Water” de autoria de Johannes Vingboons, no detalhe vemos: na letra A) O fosso do forte Real de N. S. de Nazaré; e na letra D) reduto, recém localizado. Fonte: Rocha (2017)

No ano seguinte, Rocha e Lima (2019) adentraram na arqueologia pombalina presente na região. Essa pesquisa foi estimulada pelo fato de uma das fortificações, construídas na praia de Gaibu, dentro da área do parque, ser uma estrutura defensiva originária, ao que se pensava à época, do período holandês. Porém as pesquisas historiográficas e os resultados acerca das escavações realizadas em 1978-1979, apontaram que tal fortificação fora erguida no período pombalino, em especial depois de 1762, quando Portugal entrou na Guerra dos Sete anos.

Neste mesmo trabalho, os autores propõem dois novos conceitos de sítios para o estudo da história militar de Pernambuco e para a compreensão desses sítios enquanto patrimônio histórico-cultural: a “Glorificação do Monumento Heroico” e o “Monumento Herdeiro”. No primeiro, de forma resumida, foi observado que no decorrer dos séculos, por fins políticos e exaltação nativista, alguns monumentos passaram a ser tratados como troféus ou objetos quase “sagrados” das batalhas do passado, e estavam ali como evidência deste evento (ROCHA; LIMA, 2019, 2021). Para o segundo conceito, considera-se que muitos monumentos foram destruídos com o passar do tempo, ou durante as batalhas. Nesse processo, alguns grupos do interior da sociedade, constataram a necessidade de “passar a história” de um monumento para outro. Em outras palavras, um monumento toma o “papel” da estrutura não mais existente, nascendo assim os “Monumentos Herdeiros”.

Porém, muitos dos monumentos aqui citados, localizados no perímetro do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti estão em processo de desabamento. Ademais, não existia estudos por parte dos órgãos responsáveis para evitar que tais estruturas “tombassem” (ler-se: cair), seja em terra firme ou em área marítima.

Sobre essa questão, Silva (2019) propôs como objeto de estudo a realização de documentação tridimensional e imagética do Forte Castelo do Mar e seu quartel, utilizando fotogrametria e aerofotogrametria, para evidenciar as estruturas dessa fortificação. A partir de modelos tridimensionais, a autora, buscou diagnosticar não só os problemas estruturais dos monumentos, como também propor soluções de conservação

deles. Entende-se que o Forte Castelo do Mar é um bom exemplo de monumento com grande dificuldade de conservação devido ao posicionamento de suas muralhas, localizadas sobre um penedo, na entrada da barra do antigo Porto de Nazaré.

Informamos que atualmente a região é pesquisada pela Universidade Federal de Pernambuco, em especial pelo Laboratório de estudos arqueométricos, a qual vêm desenvolvendo novas abordagens de estudos acerca dos monumentos bélicos e sítios associados.

OS QUE TOMBARAM EM BATALHA: ESTUDO ACERCA DA ARQUEOLOGIA FORENSE NO CONTEXTO DAS GUERRAS NO PERNAMBUCO COLONIAL

A morte é uma presença inevitável nos campos de batalhas, nos confrontos travados em diferentes períodos da existência da humanidade. Nesses contextos, soldados e até mesmo reis “tombaram”, ficando inertes nos campos de batalhas e, em muitos casos, permaneceram ali esquecidos, sendo “engolidos” pelas areias do tempo até que algum pesquisador encontre tais vestígios e os traga à luz do presente.

Desde os estudos iniciais da Arqueologia da Guerra e dos campos de batalhas, as implicações para os estudos forenses sempre foram levadas em consideração, pois sempre existia a convicção de que entre as trincheiras e fortalezas, haveria corpos de combatentes, tombados pelos confrontos. Além disso, a partir do século XV, existiam os hospitais nos acampamentos de guerra, onde eram feitos os primeiros tratamentos dos soldados feridos, porém em casos mais extremos, como mostram relatos de alguns desses combatentes, companheiros gravemente feridos poderiam ser “sacrificados” “para evitar o sofrimento deles”.

Como já mencionado, os primeiros estudos no Nordeste do Brasil foram realizados por Albuquerque e Lucena (1975). Suas pesquisas partiram das escavações arqueológicas na Igreja de Nossa Senhora das Graças, antigo seminário jesuíta. Esse local serviu de aquartelamento durante a fase inicial da invasão holandesa, na capitania de Pernambuco. Tais pesquisas identificaram diversas evidências arqueológicas, como imagens sacras vandalizadas, uma inscrição ainda preservada em um bloco de cantaria, deixada provavelmente por um soldado da tropa da *WIC* (*West-Indische Compagnie*). Destaca-se, ainda, a descoberta de um esqueleto de um homem enterrado na parte da nave da Igreja. O esqueleto não tinha enxoval funerário e nenhum vestígio ao seu redor. Os pesquisadores constataram uma perfuração no crânio deste indivíduo, provocada por um projétil. Tal perfuração teria ocorrido *ante mortem* e, possivelmente, teria levado o soldado desconhecido à morte (ALBUQUERQUE, 2006).

Anos após a referida descoberta, os mesmos pesquisadores ficaram com a responsabilidade de escavar o Parque Nacional dos Montes dos Guararapes, local histórico onde os exércitos luso-brasileiros e neerlandeses se confrontaram em duas batalhas, a primeira em 1648 e a segunda, no ano seguinte. Houve perdas em ambos os lados e, de acordo com fontes historiográficas, algumas pessoas foram enterradas no local. Durante a escavação foram evidenciados esqueletos de sete indivíduos, provavelmente de origem indígena (ALBUQUERQUE, 2006), todos sem o enxoval funerário ou qualquer indício que possibilitasse distinguir a qual das partes do embate pertenciam, se eram das tropas de Felipe Camarão, que lutava pelo lado luso-brasileiro ou dos partidários da *WIC*. Em campanhas posteriores, não só outros indivíduos foram localizados em diferentes pontos do parque, como um possível cemitério

ligado ao embate. Sobre essa questão, os registros históricos apontam a existência de áreas localizados fora de Guararapes, os quais serviram de espaços funerários para o exército neerlandês, que perdeu as duas batalhas (ALBUQUERQUE, 2006; ALBUQUERQUE; LUCENA, 1993).

Outro sítio arqueológico ligado às batalhas dos Guararapes foi evidenciado na Igreja de Nossa senhora do Rosário dos Homens Brancos, na Várzea. Ela foi fundada no século XVI e possuía um cemitério em anexo. Este foi evidenciado durante as escavações para localizar os restos mortais do restaurador Felipe Camarão, contudo os restos mortais não foram encontrados. No entanto, para “surpresa” dos pesquisadores uma cova coletiva foi localizada na lateral da Igreja (Figura 5).

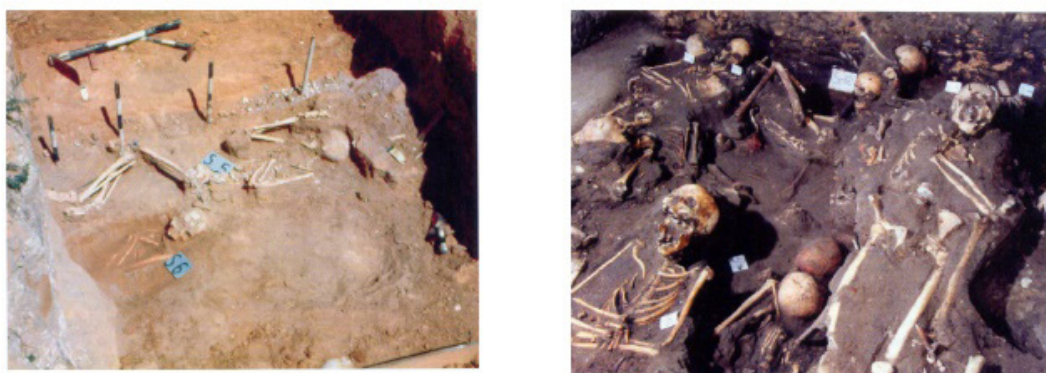


Figura 5: Na foto a esquerda, enterramentos no campo de batalha dos Guararapes (Jaboatão dos Guararapes). A direita, vala coletiva da Igreja de N. S do Rosario dos homens brancos na Várzea (Recife), ligado a um hospital que foi ali sediado durante as batalhas contra os holandeses. Fonte: Lima (2016)

Essa cova coletiva estava sobreposta ao cemitério que datava do final do século XVI, nela havia corpos que inicialmente foram depositados de forma organizada, contudo, os enterramentos superiores aparentam ter sido depositados de forma grosseira, “sem o menor cuidado com o morto” (LIMA, 2016).

Em um dos enterramentos, na vértebra abaixo do crânio, foi observada uma marca provocada por um objeto similar a uma lâmina, a qual o golpe quase teria decapitado o indivíduo. Ao observar esse caso, assim como a presença de lesões em outros indivíduos, infere-se que poderiam ter participado de uma batalha. A partir das análises de sedimentos e de artefatos localizados no local e que fez parte da pesquisa histórica, os autores (ALBUQUERQUE; LUCENA, 1993) consideraram que os indivíduos ali depositados, teriam sido soldados que participaram das batalhas dos Guararapes pertencentes ao exército luso-brasileiro (Figura 5).

Ainda acerca de sítios relacionados à guerra contra os neerlandeses, décadas depois, no bairro do Recife Antigo, durante trabalhos de acompanhamento das obras de um residencial que seria construído na região da atual comunidade do Pilar no centro de Recife, foi evidenciado, em 2013, um esqueleto humano. Ele estava localizado abaixo de alicerces de construções, datadas do final do século XVII e início do seguinte, porém com a ampliação dos trabalhos na área denominada “quadra 45”, outros esqueletos, depositados de forma sistêmica, foram sendo registrados (LIMA, 2016) (Figura 6).

Inicialmente aventava-se a possibilidade se tratar de um cemitério judaico, conforme alguns registros (LIMA, 2016), porém no decorrer da pesquisa arqueológica nesse

sítio histórico constatou-se que fora encontrado um cemitério e que, possivelmente, pertencia a um hospital de campanha sediado na região denominada de “Fora de Portas”⁷ do Recife (LIMA, 2016; ROCHA; LIMA; GANEM, 2019). Para entender esse contexto informamos que, durante a ocupação holandesa, Recife se tornou a sede do governo Batavo nas capitanias do Norte. Após 1635, o número não só de soldados como de pessoas que vinham em busca de uma vida melhor foi crescendo de forma desenfreada e, com isso, surtos de doenças, que já eram comuns no Brasil, se tornaram mais ainda frequentes.

O referido hospital de campanha, que se situava em uma fortificação denominada “São Jorge” ou “Forte da Terra”, foi instalado antes de 1638, para servir como enfermaria e estava sob os cuidados da Igreja Calvinista. Importante esclarecer que já existia um outro hospital, muito provavelmente dentro de Recife, entretanto, esse último foi desativado. Sabe-se a partir dos dados levantados por Lima (2016) que no interior das instalações desse Forte havia um hospital que atendia toda a população, de soldados até civis, proveniente de diferentes pontos do novo domínio. Porém com o número expressivo de óbitos, devido à falta de remédios, ataduras, médicos entre outros problemas, o local se tornou insalubre.

Com o grande número de mortes, exigia-se, por questões sanitárias e religiosas, a necessidade de um local para se enterrar os mortos. Nesse sentido, o referido local tornou-se uma alternativa, principalmente se considerado no Recife Holandês, os altos custos para se enterrar nos cemitérios das igrejas ou no interior das mesmas (LIMA, 2016, p. 100). A descoberta arqueológica deste cemitério deu origem a uma gama de trabalhos acerca não só da morte e do morrer no período de guerra, assim como de desenvolvimento de metodologias aplicadas às análises de ecofatos, isso é, voltadas ao que os esqueletos tinham a fornecer acerca dos modos de vida dos indivíduos.

Entre os diversos trabalhos acerca deste sítio, podemos citar Miranda (2016) que discute a dificuldade de obtenção de material orgânico dos remanescentes, visando a análise de DNA, para fazer análises mais aprofundadas. Essa dificuldade é decorrente do intemperismo que as ossadas sofreram devido ao lençol freático, existente até a atualidade na região do antigo Istmo.

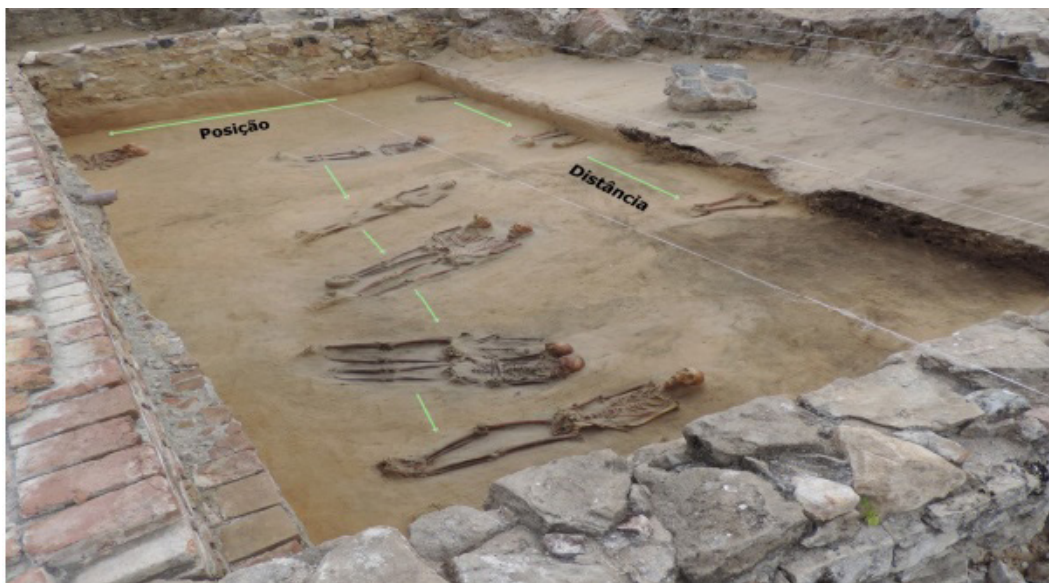


Figura 6: Foto do cemitério histórico do Pilar, encontrado no bairro do Recife antigo, ligado ao antigo hospital que ali existia entre 1635 a 1654. Na foto podemos ver que existe uma organização na deposição dos mortos. Fonte: Lima (2016).

Ganem (2017) estudou a questão urbana nessa região, em especial sobre o motivo da preservação dos esqueletos localizados abaixo das estruturas arquitetônicas ali levantadas. Foi registrada também a existência de um quebra-mar e algo similar a baterias assentadas naquela localidade. Com o passar do tempo estas estruturas serviram como uma barreira artificial contra a ação da maré. Muitos consideraram a suposição de ali ter tido baterias. No entanto, considera-se que essa hipótese seja infundada, tendo em vista a ausência historiográfica e arqueológica acerca de tais estruturas naquela localidade. Não obstante, Rocha, Lima e Ganem (2019) e Rocha e Lima (2019) apontaram a presença de um “novo sistema defensivo” na região, devido a, já mencionada, entrada de Portugal à Guerra dos Sete Anos.

Outros trabalhos, relacionados à paleopatologia e marcas de lesões provocadas por armas vêm sendo elaborados pela Universidade Federal de Pernambuco e brevemente serão publicados.

NOVOS HORIZONTES

Existem novas pesquisas relacionadas de forma indireta à Arqueologia da Guerra e do Conflito sendo desenvolvidas no estado de Pernambuco. Abordaremos de forma breve dois destes trabalhos: um realizado na antiga capital da capitania Duarteina, em Olinda; e o outro no interior do estado, nas proximidades do Vale do Catimbau, em Pernambuco. Será apresentada, mesmo que brevemente, a potencialidade das novas abordagens aplicadas à essas pesquisas.

A primeira pesquisa está relacionada à questão armamentista, ou seja, ligada às armas utilizadas na guerra, neste caso, as peças de artilharia. Sobre essa questão, ressaltamos que na cidade de Olinda no século XVII, foi fixada por ordem real, uma fundição de artilharia, a primeira de todo o Brasil. Essa fundição funcionou entre 1610 e 1631, segundo os registros históricos, peças de artilharia antigas ou danificadas foram enviadas a essa fundição para serem consertadas ou derretidas para serem transformadas em novas peças. Sabe-se que cada país, segundo Braudel (1992), cada reino, tinha sua “tipologia” de artilharia com nome e características diferentes. Por essa razão, na Espanha e reinos subalternos, antes do século XVII começou a existir normatização para essas peças.

Existe menção (ROCHA; LIMA, 2019) da possível localização desta fábrica na antiga capital de Pernambuco. Como a cidade é patrimônio da Humanidade, a Unesco exige que todas as obras no perímetro urbano devam ter o acompanhamento arqueológicos detalhado. Assim, através das sobreposições de plantas arquitetônicas, observadas a partir desses trabalhos, se conjectura que a localização da fundição fique próxima ao mosteiro de São Bento.

A segunda pesquisa possui certa ligação com a primeira, porém poderia se tratar da fase inicial do estudo de qualquer bem patrimonial, considerada aqui a obtenção da matéria prima. Diferente do que se imagina, a exploração de minérios para fins da guerra era algo que acontecia com frequência no Brasil.

Apesar da história brasileira mostrar incursões interioranas em busca de ouro, prata, diamantes e outras “riquezas da terra”, algumas missões de desbravamentos buscavam metais e minérios menos raros e valiosos, porém detinham valores estratégicos para confecção de armas e munições, como o ferro e o salitre (ROCHA; LIMA, 2019). Essas minas de ferro e salitre entre os séculos XVI ao XVIII foram importantes para

confeção de armas e outros apetrechos destinados à defesa das capitâneas, em especial a de Pernambuco. Esses bens extraídos eram enviados para fundição, ferreiro e armeiros, para que eles pudessem trabalhar e transformar a matéria bruta em ponta de flechas, projéteis, entre outras armas.

Até o momento existe um único grupo de pesquisa mapeando áreas de extração de minérios. O estudo está baseado em documentação primária e tem observado o quanto os “exploradores” adentraram para o interior do Brasil, sabe-se por exemplo, que os holandeses extraíam salitre de minas em Buíque, nas proximidades do vale do Catimbau, localizado no interior de Pernambuco (ROCHA; LIMA, 2019).

Os dois estudos de casos tratados detêm potenciais para gerar novos dados e diferentes panoramas interpretativos que, em alguns momentos se complementam. Como é o caso dos estudos de fundição, que une metodologias acerca da arqueologia urbana e da tecnologia do período colonial do Brasil e, em conjunto com os pontos de extração, localizados nas proximidades de Buíque, abre novas abordagens de estudo para a arqueologia da mineração no interior do Nordeste do Brasil (ROCHA; LIMA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas aqui apresentadas demonstram o amplo panorama acerca do desenvolvimento das pesquisas relacionadas à guerra e seus conflitos, presentes em Pernambuco. Considerando o potencial arqueológico dos sítios e as diversas possibilidades de abordagens de análises, pontuamos a necessidade de incitar novos pesquisadores sobre o tema.

Não basta ter sítios em potencial e não ter profissionais qualificados acerca da guerra e seu impacto nas sociedades do passado. Os embates e conflitos vão muito além do choque de homens e armas, eles permeiam desde a diplomacia até o real ato de violência de um ser humano contra outro. Resgatar e preservar esses testemunhos é missão dos arqueólogos envolvidos nesse tema. No mundo afora, estudos dessa temática são crescentes, no Brasil o caminho muitas vezes é inverso. Muitos jovens querem estudar, porém pouquíssimos centros acadêmicos dispõem de profissionais dedicados ao tema, seja na questão histórica ou pré-histórica. Outro problema reside na falta de material de referência acerca do assunto, diferente da História Militar, História da Guerra, Arquitetura Militar, entre outros, onde o mercado editorial brasileiro possui uma gama considerável de obras. Os estudos sobre Arqueologia dos Conflitos e áreas afins, por sua vez, são bastante escassos, como foi mencionada na parte inicial do presente estudo.

Esse trabalho teve como missão apresentar dois pontos chaves: o primeiro foi mostrar a existência de pesquisas acerca da Arqueologia da Guerra e do Conflito, trazendo, para isso, alguns estudos já realizados; e o segundo foi apresentar a riquíssima história bélica, tendo como exemplo, o estado de Pernambuco, porém ainda pouco explorada, seja em terra ou em mar. A partir de ambos os pontos, foi possível demonstrar o potencial de pesquisa através de abordagens interdisciplinares, usando sítios arqueológicos inseridos em um período cronológico bastante específico, neste caso, os séculos XVI ao XVIII.

Existem sítios de períodos bem posteriores, porém pouquíssimos explorados em Pernambuco, contudo em outros estados do Nordeste, importantes estudos vêm se desenvolvendo acerca, por exemplo, dos naufrágios provocados por confrontos em

águas brasileiras no período da segunda grande guerra mundial (SILVA ROSA; RAMBELLI, 2020).

Entendemos que o presente artigo, ainda que introdutório, será importante àqueles que querem desenvolver pesquisas acerca do tema em questão, trazendo bibliografias atualizadas, principalmente aquelas associadas ao estado de Pernambuco e, em especial às produzidas pela UFPE, a qual vêm ao longo do tempo se fortalecendo como grupo de estudo nessa área de pesquisa.

Vale ainda salientar, que muitos dos pontos referentes a batalhas e guerras, em especial as fortificações, vêm se tornando locais de atração turística. Sobre essa questão, o historiador Charles Boxer considera que a existência, ainda que de uma única fortificação em uma cidade, já faz dela uma visita obrigatória (OLIVEIRA, 2008, p. 9). Pois, tais monumentos, considerados suportes de memórias históricas, indicam a existência de histórias a serem compartilhadas com a sociedade em geral. São testemunhos “vivos” de confrontos do passado e as lições obtidas a partir de seus estudos, devem ser divulgados a todos os interessados.

Ainda que alguns pesquisadores discutam a possibilidade do fim dos estudos da guerra pelas Ciências Humanas, no entanto, tal como apresentada na frase do russo Dostoiévski (2019), no início do presente artigo e na afirmação de Silva e Leão (2018, p. 16), “lamentavelmente, a guerra continuará tendo um longo futuro, mesmo após o apocalipse”. Enquanto esse fenômeno social existir, haverá pessoas interessadas em seus estudos, as quais deixarão registradas às próximas gerações, o que essas heranças de Marte nos ensinam sobre a humanidade.

THE HERITAGE OF MARS: SOME NEW METHODOLOGICAL APPROACHES TO THE ARCHAEOLOGY OF WAR IN PERNAMBUCO-BRAZIL

Abstract: each year, more and more educated researchers are interested in war in the archaeological context, with regard to Brazil, the studies start from studies linked to cave paintings to shipwrecks in strategic points of the Second World War on the Brazilian coast. Therefore, the purpose of this work is to bring, based on research carried out in particular in Pernambuco, an overview of the studies of the Archeology of War in Northeast Brazil, with a focus on archeological sites from the 16th to the 18th centuries. research and reflections on the subject showing new horizons for those interested in this area of study.

Keywords: War Archeology. Historical Archeology. Conflict Archeology. 16th to 18th centuries. Northeast of Brazil.

Notas

- 1 Viva a guerra eterna (DOSTOIÉVSKI, 2019, p. 289).
- 2 Do inglês *Cyberwar*, refere-se a um novo patamar na história da guerra. Esse tipo de embate acontece no ciberespaço, utilizando técnicas e programas para atacar e derrotar os inimigos. Bastante usado por grandes potências na corrida no desenvolvimento de *software* para espionar e até mesmo atacar a longa distância sempre precisa mobilizar grande contingentes de homens.
- 3 Rocha e Lima (2020 no prelo), abrem a discussão acerca de como se deve estudar as fortificações sem que ocorra anacronismo ou outros erros. Os autores defenderam que durante a pesquisa acerca de uma fortificação seja dívida em três etapas: **A fase inicial** : etapa na qual a construção foi erguida,

seguindo possivelmente a traça elaborada pelo engenheiro, **fase de modificações**: Corresponde as diversas mudanças que ocorreram com o passar do tempo, desde restauros até modificações mais pesadas na estrutura e fase final ou atual:

- 4 Porém existem populações caiçaras que detém a posse de alguns hectares a gerações
- 5 Para maiores detalhes, Ver <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/04/21/estudantes-de-arqueologia-em-busca-de-um-forte-do-seculo-17-232069.php>
- 6 Ao analisar os dados descritos em Menelau (2017, pp. 431-436) percebe-se um desconhecimento da arquitetura militar, pois não foi capaz de identificar a gola proeminente, que liga a praça de armas ao baluarte, uma característica das fortificações de transição entre os séculos XVI e XVII (KAUFMANN; KAUFMANN, 2004). Além disso, ao observar as sobreposições, notasse o desconhecimento da cartografia histórica e da arqueologia do reconhecimento, pois utiliza com base um mapa que não foi feito *in loco* e sendo do tipo “mapa reelaborado” (ROCHA, 2017) o que gera diversos erros para as pesquisas futuras baseadas na publicação dela.
- 7 Segundo Rocha, Lima e Ganem (2019 *no prelo*): “A denominação de «Fora de portas» se refere a todas as áreas exteriores do perímetro de proteção de uma cidade. Esse sistema defensivo era construído em torno dos núcleos urbanos em decorrência da necessidade de oferecer maiores condições de defesa, física ao vilarejo e psicológica a população desestimulada a produzir como decorrência de incursões inimigas.”

Referências

- ALBERTI, Leon Battista. *Da arte de construir*: tratado de arquitetura e urbanismo. São Paulo: Hedra, 2012.
- ALBUQUERQUE, Marcos. Holandeses em Pernambuco: Rescate material de la historia. In: PÉREZ, José Manuel Santos; SOUZA, George F, Cabral (orgs.). *El desafío holandês al dominio ibérico em Brasil em el siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2006. p. 107-160.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. *Relatório sumário das atividades – 1972 até setembro de 1975*. Recife: UFPE, 1975
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. *Forte Real do Bom Jesus*: resgate arqueológico de um sítio histórico. Recife: CEPE, 1988.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. *Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um processo, iniciando um futuro*. Recife: Graftorre, 1997.
- AURÉLIO, Marco. *Meditações*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- ARMSTRONG, Karen. *Campos de sangue*: religião e história da violência. São Paulo: Companhia das letras, 2016.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BERTAUT, Jules (org.). *Napoleão Bonaparte*: Manual do líder. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- COSCÓN, Luís. *Tratado de expugnación de plazas*. MSS/9565.
- DELGADO, James P. et al. *The Archeology of War*: tracing the evolution of warfare from Paeolithic times to today. Hatherleigh Press, 2005.
- DOSTOIÉVSKI, Fiodór. *Crime e castigo*. São Paulo: Todavia, 2019.
- FIRRUFINO, Julio César. *Platica Manual y Breve Compendio de Artilleria*. Madri: Tipografia de Alonso Martin, 1626.
- FOARD, Glenn; MORRIS, Richard. *The Archeology of English Battlefields*: conflict in the Pre-indutrail Landscape. Londres: Council for British Archeology, 2012.

FLUDD, Robert. *Utriusque Cosmi Maioris Scilicet Et Minoris Metaphysica, Physica Atque Technica Historia*. Frankfurt: Oppenheimii: aere Johan-Theodori de Bry, typis Hieronymi Galleri, 1618.

FUNARI, Pedro. P. et al. *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

FUNARI, Pedro P.; LINO, Jaisson Teixeira. *Arqueologia da Guerra e do conflito*. Campinas: Unicamp, 2013

GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz da Mota. *Desenhos da Terra: Atlas Vingboons*. Recife: Banco Real, 2003.

GANEM, Endi Souza. *Um estudo sobre arqueologia urbana: compreendendo a ocupação civil e a evolução da rua de São Jorge entre os séculos XVII e XIX*. 2017. 100 f. Monografia (Graduação em arqueologia) – Departamento de Arqueologia, UFPE, Recife, 2017.

GEIER, Clarence R.; BABITS, L. E.; SCOTT, D.; ORR, D. G. (ed.). *Historical Archaeology of Military Sites: Method and Topic*. Texas: Texas A&M University Press, 2010.

GOSDEN, Chris. *Pré-história: uma introdução*. São Paulo: L&PM, 2019.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KAUFMANN, J. K.; KAUFMANN, H. W. *The Medieval Fortress: castles, forts and walled cities of the middle ages*. Da Capo: Cambridge, 2004.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

LANDA, Carlo; LARA, Odlanyer Hernández de (eds.). *Sobre Campos de Batalla: Arqueologia de conflictos bélicos en América Latina*. Buenos Aires: Aspha, 2014.

LANDA, Carlo; LARA, Odlanyer Hernández de (eds.). *Arqueología en Campos de Batalla: América Latina en perspectiva*. Buenos Aires: Aspha, 2020.

LAUWERS, Michael. *O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. São Paulo: Unicap, 2015.

LEDESMA, Pedro de. *Pesca de perlas y busca de galeones*.

LOUTH, Warwick. *The Arte Militare: the Application of 17th Century Military Manuals to Conflict Archeology*. West Midlands: Helion & Company limit, 2016.

LIMA, Izabela Pereira. *Em busca dos mortos do passado: Caracterização funerária do cemitério Pilar, Quadra 45*. 2016. 150 f. Monografia (Graduação em arqueologia) – Departamento de Arqueologia, UFPE, Recife, 2016.

MELLO, José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo de Jornal*. Recife: Massagana, 1994.

MELLO NETO, Ulysses Pernambuco de. *Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape*. Recife: Fundarpe, 1979.

MENELAU, Vera Lucia. *Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico (RAIPA) das obras da CTR ecoparque Muribeca*. Recife: LEÃO PARTICIPAÇÕES SOCIAIS LTDA, 2020.

MENELAU, Vera Lucia. *Relatório Final de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico das Obras de Pavimentação e Drenagem, Esgotamento Sanitário e Sistema de Abastecimento de Água na Vila Nazaré - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - Cabo de Santo Agostinho - PE*. Recife: TPF engenharia, 2017.

273 MIRANDA, R. T. *O uso de técnicas espectroscópicas no estudo da diagênese óssea - Um*

estudo de caso em remanescentes ósseos do sítio arqueológico do Pilar- Recife-PE. 2016. 119 p. Graduação (Graduação em Arqueologia.) UFPE, 2016.

MORRIS, Ian. *Guerra: o horror da guerra e seu legado para a humanidade*. São Paulo: Leya, 2018.

OLIVEIRA, Mário Mendonça. *As fortalezas e a defesa de Salvador*. Brasília: IPHAN, 2008.

OLIVEIRA, Gabel Frechiana. *et al. Arqueologia da guerra: Representação de conflitos nas cenas de pinturas rupestres da Serra da Capivara/PI*. Rio de Janeiro: Alexa cultural, 2017.

PETTER, Nicholas. *lare onderrichtinge der voortreffelijcke worstel-konst : verhandelende hoemen in alle voorvallen van twist in handtgemeenschap, sich kan hoeden : en alle aengrepen, borst-stooten, vuyst-slagen &c. versetten*. Amsterdã: Johannes Janssonius van Waesberge, 1674.

ROCHA, Lucas Alves; LIMA, Izabela Pereira. *Projeto de resgate arqueológico e histórico do forte de Nazaré - Cabo de Santo Agostinho-PE*. Apresentação Oral realizada no I sim-
pósio Internacional de Arqueologia de engenhos. Recife, 2015.

ROCHA, Lucas Alves; LIMA, Izabela P. *A invasão que não aconteceu: A guerra dos sete anos e o impacto no sistema defensivo de Pernambuco entre 1762 e 1763*. III Encontro Nacional do Núcleo de Estudo do Mundo Atlântico/ III Encontro Nacional do Núcleo de Estudo de Impérios Colônias. *Anais...* Edufpe: Recife. 2019. p. 140-154.

ROCHA, Lucas Alves; LIMA, Izabela Pereira. Subsídios para história do patrimônio luso-brasileiro: O alvará de lei de Dom João V e o cuidado com os bens materiais no século XVIII. *Revista Arche - Revista dos discentes em arqueologia*, v. 1, n. 2, jan./jun. 2021. *no prelo*.

ROCHA, Lucas Alves; LIMA, Izabela Pereira. Os múltiplos campos de Marte: Uma introdução a Arqueologia do Conflito no Nordeste do Brasil. *III semana de arqueologia da UFPE. Anais...* Recife: EdUFPE, 2020

ROCHA, Lucas Alves ; LIMA, Izabela Pereira; GANEM, Endi Souza. Do caminho do “arrecife de areia” à Rua de São Jorge: A evolução histórica, urbana e arqueológica do “fora de portas” do Recife entre os séculos XVI ao XXI. *In: SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da (org.). Arqueologia da morte no sítio do Pilar: um outro olhar sobre os europeus no Recife do século XVII*. Recife: EdUFPE, 2019. *no prelo*.

ROCHA, Lucas Alves. *Preservação, Patrimônio e Arqueologia: O Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, uma fortificação seiscentista, Pernambuco, Brasil*. 2017. 148 f. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Departamento de Arqueologia, UFPE, Recife, 2017.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do contrato social e Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. São Paulo: Nova cultural, 1991.

SANTOS, Clara Diana Figuerôa. *Datação e caracterização de argamassa e tijolo da Portada Principal do Forte Orange, Itamaracá, Pernambuco*. 2017. 160 f. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Departamento de Arqueologia, UFPE, Recife, 2017.

SANTOS, Clara Diana Figuerôa; SULLASI Henry. L.; ALBUQUERQUE Marcos; SANCHEZ, Manuel Alfredo Espinoza. Estudo de argamassa e tijolos da Portada principal do Forte Orange, Itamaracá, PE- Brasil. *Fumdhamentos*, v. XVII, n. 1, p. 33-56, 2020.

SCOTT, Douglas D. Studying the archeology of war: A model based on the investigation of frontier Military Sites in the American Trans-Mississippi West. In: MAJEWSKI, Teresita; GAMSTER, David (eds.). *International Handbook of Historical Archaeology*. Nova York: Springer. 2009. p. 299-318.

SILVA, Carolina Pereira. *Comparação entre plataformas de aquisição de imagens e indicações de danos nas estruturas do Forte Castelo do Mar e Quartel Velho - Cabo de Santo Agostinho - PE*. 2019. 100 f. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Departamento de Arqueologia, UFPE, Recife, 2019.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SOUSA LEÃO, Karl Schurster. *Por que a guerra? Das batalhas gregas a ciberguerra- uma história de violência entre os homens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SILVA ROSA, Roberta; RAMBELLI, Gilson. Vestígios da Segunda Guerra Mundial nas Praias Sergipanas: Reflexões Arqueológicas. *Navigator*, Rio de Janeiro, Marinha, v. 16, n. 32, p. 1-15, 2020.

VITRÚVIO. *Tratado de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WHITE, Leslie A.; DILLINGHAM, Beth. *O conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.